

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PLATAFORMAS

Data: 30/10/2007

Local: IBP- Av. Almirante Barroso, 21º andar, Rio de Janeiro

Participantes: José Roberto de Novaes Moniz de Aragão (MTE/SIT/DRT/RJ); Luiz Sérgio Brandão de Oliveira (MTE/DRT-RJ); Ignes M. da Conceição (MS/Anvisa); Odilon Braga (CONTTMAF); Armando Pinto de Freitas (FUP); Armando Vidigal (SYNDARMA); Luiz Molle (PETROBRAS); Luiz Moschini de Souza (IBP); Sérgio Dacorso (SYNDARMA); José Emilio Magro (MTE - Assessoria do Governo); Daltro Souza DÁrisbo (MTE- SIT Convidado); Vera Albuquerque (MTE- SIT Convidada); Marcelo Figueiredo (Assessoria dos Trabalhadores); Maria Cristina Reis (Assessoria dos Empregadores); Milton Ferreira Tito (CNT- Convidado)

A reunião iniciou-se com o quorum necessário.

1. Foi aprovada a ata da reunião anterior, sem correções;
2. A reunião iniciou-se com a informação do Sr. Coordenador que o **Item 16: Da Proteção contra Incêndios**, emendado pela bancada patronal, foi recebido no prazo acordado, porém só pode ser enviado a todos os membros na véspera desta reunião.
3. O Sr. Coordenador informou ainda que o **Item 14: Das obras de construção, manutenção e reparo** foi preparado e enviado pelo Governo. O material tomou como base a NR-18.
4. Em seguida o Sr. Coordenador solicitou que a representação dos empregadores apresentasse o texto preparado sobre proteção contra incêndios.
5. O S. Dacorso fez uma detalhada exposição da proposta, que segue abaixo:

16 – PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS (Proposta em debate)

16.1 - Geral

16.1.1 Aplicam-se às plataformas e às instalações de apoio, em função das suas particularidades quanto a projeto, instalação e operação, as disposições sobre Proteção contra Incêndio descritas neste item, em substituição aos requisitos estabelecidos na NR-23.

16.1.2 A proteção contra incêndios nas plataformas e suas instalações de apoio deve ser desenvolvida através de uma abordagem estruturada, considerando os riscos existentes para os trabalhadores e com objetivo de:

- a. Reduzir a possibilidade de ocorrência de incêndio;*
- b. Limitar a possibilidade de propagação de incêndio;*
- c. proteger a atuação dos trabalhadores envolvidos nas atividades de resposta a emergências ;*
- d. proteger as operações de abandono da instalação marítima;*
- e. controlar e, quando for seguro fazê-lo, extinguir focos de incêndio.*

16.1.3 Todas as plataformas e suas Instalações de apoio devem possuir:

- a. equipamentos suficientes, conforme estabelecido neste capítulo, para combater incêndios em seu início;
- b. trabalhadores treinados no uso correto desses equipamentos.

16.1.4 As Plataformas Móveis de Perfuração Marítima deverão, em substituição aos itens constantes deste capítulo, atender ao disposto no Capítulo 9 do Mobile Offshore Drilling Units Code (MODU Code) da Organização Marítima Internacional – IMO. **(se aceito este item, devem ser suprimidos os itens 16.2.3 e 16.2.12)**

16.2 - Requisitos de Projeto Para Plataformas e Instalações de Apoio

16.2.1 Com vistas à proteção dos trabalhadores os seguintes requisitos devem ser considerados desde o início da fase do projeto de plataformas e suas instalações de apoio.

16.2.2 Estes requisitos são também aplicáveis no que couber e desde que seja técnica e economicamente viável, às:

- a. plataformas e instalações de apoio em operação;
- b. novas plataformas e instalações de apoio cujo projeto tenha sido iniciado antes da entrada em vigor deste Anexo.

16.2.3 As Plataformas Marítimas Móveis de Perfuração estão isentas do cumprimento dos requisitos deste item. Em contrapartida, deverão ter o seu projeto atendendo às Convenções Internacionais pertinentes da Organização Marítima Internacional (IMO), em especial ao Mobile Offshore Drilling Units Code (MODU Code). **(RETIRAR ESTE ITEM SE APROVADO O ITEM 16.1.4)**

16.2.4 O arranjo físico das plataformas e instalações de apoio deve ser elaborado considerando os seguintes objetivos:

- a. Minimizar a possibilidade de acumulações perigosas de hidrocarbonetos líquidos e gasosos e possibilitar a rápida remoção de qualquer acumulação que venha a ocorrer;
- b. Facilitar o escape dos trabalhadores de áreas perigosas e a sua evacuação;
- c. Separar as áreas de menor risco, tais como alojamentos, escritórios, oficinas, daquelas áreas de maior risco de incêndio, tais como instalações operacionais e de armazenamento de hidrocarbonetos líquidos;
- d. Minimizar a probabilidade de ignição de hidrocarbonetos líquidos e gasosos; e
- e. Limitar a propagação de incêndios.

16.2.4.1 Não devem ser instalados tanques ou vasos interligados ao processamento de petróleo, gás ou água no interior de colunas, de “pontoons” ou de outros ambientes confinados situados abaixo da linha d’água da instalação.

16.2.5 Nas plataformas e instalações de apoio devem existir sistemas automáticos que paralise o processo, isolem os sistemas e equipamentos e, quando requerido, despressurizem os equipamentos, de modo a limitar a escalada de situações anormais, tais como vazamento de hidrocarbonetos ou incêndio.

16.2.5.1 Onde aplicável, o sistema de parada de emergência deverá prever ações para minimizar a possibilidade de ignição de hidrocarbonetos líquidos e gasosos no caso de ocorrer uma perda de contenção do processo, tais como:

- a. a retirada de operação de fornos e caldeiras;*
- b. o desligamento de motores de combustão interna não essenciais;*
- c. em caso de grandes vazamentos de gás, o desligamento dos equipamentos elétricos que não sejam adequados para instalação em áreas com atmosfera explosiva.*

16.2.5.2 Além do sistema automático de parada de emergência deverão ser previstas botoeiras que permitam comandar, remotamente, a parada de equipamentos e sistemas que possam contribuir para a propagação de um incêndio ou continuidade no fornecimento do combustível que alimenta o incêndio.

16.2.6 Nas plataformas e instalações de apoio deverão ser previstas medidas apropriadas para a contenção ou disposição (parcial ou total) de vazamentos de hidrocarbonetos líquidos de forma a evitar um incêndio ou reduzir as suas conseqüências.

16.2.7 Nas plataformas e instalações de apoio com presença permanente de trabalhadores devem ser instalados sistemas automáticos que possibilitem um monitoramento contínuo e automático de vazamentos de gás ou da ocorrência de incêndio, de forma a alertar aos trabalhadores acerca da presença destas situações anormais e, quando for o caso, iniciar ações de controle com objetivo de minimizar a possibilidade de uma escalada dessas ocorrências.

16.2.8 As plataformas e instalações de apoio deverão ser dotadas de sistemas de combate a incêndios com objetivo de:

- a. Controlar incêndios e limitar a possibilidade de sua propagação;*
- b. Reduzir os efeitos de um incêndio de modo a proteger a atuação dos trabalhadores envolvidos nas atividades de resposta a emergências, a evacuação do local do incêndio ou o abandono da instalação marítima;*
- c. Extinguir focos de incêndio nos casos em que seja seguro fazê-lo;*

16.2.9 As plataformas e instalações de apoio deverão ser dotadas de recursos de proteção passiva contra incêndio por meio de anteparas e pisos resistentes ao fogo, conforme os critérios estabelecidos pela Organização Marítima Internacional (IMO), com objetivo de:

- a. Evitar a propagação de incêndios de áreas de maior risco para áreas de menor risco, tais como alojamentos, escritórios, oficinas;*
- b. Proteger as áreas de reunião para abandono, bem como as rotas de fuga que levam até elas, dos efeitos de incêndios que possam impedir a sua utilização segura;*
- c. Proteger sistemas essenciais à segurança e saúde dos trabalhadores.*

16.2.10 As plataformas e instalações de apoio deverão ser dotadas de rotas de fuga com objetivo de permitir que os trabalhadores atinjam, de modo seguro e rápido, os locais designados para sua retirada da plataforma ou instalação de apoio. Também terão a finalidade de permitir a saída rápida dos trabalhadores das diversas áreas em caso de incêndio, até a sua chegada a uma área considerada segura.

16.2.11 As plataformas dotadas de poços completados com árvore de natal instalada sobre a plataforma (árvore de natal seca) deverão ser dotadas de sistemas automáticos de fechamento dos poços para:

- a. Atuar, quando for o caso, em decorrência de uma parada de emergência da plataforma;*
- b. Atuar nos casos de vazamento ou descontrole de um poço.*

*16.2.12 As Plataformas Marítimas Móveis de Perfuração e as sondas de completação instaladas sobre plataformas de produção deverão ser dotadas de sistemas de fechamento do poço que atuem no caso de anormalidade ou descontrole do poço durante a perfuração ou intervenção no poço. **(RETIRAR ESTE ITEM SE APROVADO O ITEM 16.1.4)***

16.3 – Rotas de Fuga e Saídas de Emergência

16.3.1 Os locais de trabalho ou de vivência de plataformas ou instalação de apoio deverão dispor de rotas de fuga e saídas para áreas externas, em número suficiente e dispostas de modo que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança, em caso de incêndio.

16.3.1.1 A largura mínima das saídas de rotas de fuga principais deverá ser de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

16.3.2 Onde não for possível o acesso imediato às saídas para áreas externas deverão existir, em caráter permanente e completamente desobstruídas, circulações internas ou corredores de acesso contínuos e seguros.

16.3.3 As saídas para áreas externas e as rotas de fuga devem ser claramente sinalizadas por meio de placas ou sinais luminosos ou pela marcação no piso, indicando a direção da saída, assim como dotadas de recursos de iluminação de emergência.

16.3.4 As portas de saída devem atender aos mesmos requisitos de resistência a fogo previstos na Convenção SOLAS para as divisórias onde estejam localizadas.

16.3.6 Todas as portas, tanto as de saída como as de comunicação interna, devem:

- a. abrir no sentido da saída, exceto para as portas de camarotes ou salas de ocupação de até 4 pessoas, de modo a evitar lesões pessoais nos corredores, quando a porta for aberta;*
- b. situar-se de tal modo que, ao se abrirem, não impeçam as vias de passagem ou causem lesões pessoais;*
- c. As portas que conduzem às escadas devem ser dispostas de maneira a não diminuïrem a largura efetiva dessas escadas;*
- d. As portas de saída devem ser dispostas de maneira a serem visíveis, ficando terminantemente proibido qualquer obstáculo, mesmo ocasional, que entrave o seu acesso ou impeça a sua visualização;*
- e. Nenhuma porta em rota de fuga deve ser fechada com chave, aferrolhada ou presa, tanto interna quanto externamente, podendo apenas ser fechada com dispositivo de segurança, que permita a qualquer trabalhador abri-la facilmente do interior do local de trabalho ou vivência.*

16.3.7 Todas as escadas, plataformas e patamares deverão ser feitos com materiais incombustíveis e possuir características de resistência ao fogo conforme estabelecido na Convenção SOLAS.

16.3.8 Acessos verticais nas áreas dos alojamentos que interliguem apenas 2 pavimentos devem ser protegidos, pelo menos, em um dos pavimentos, por portas da Classe A (Convenção SOLAS) com fechamento automático, de forma a evitar a rápida propagação do fogo de um pavimento para outro. Quando interligando mais de 2 pavimentos, os acessos verticais devem ser enclausurados por paredes Classe A (Convenção SOLAS) e protegidos por portas Classe A (Convenção SOLAS) com fechamento automático, em todos os pavimentos. Estas portas não devem possuir dispositivos que permitam travar a porta na posição aberta.

16.4 - Parada de Emergência

16.4.1 As máquinas e aparelhos elétricos que não devam ser desligados em caso de incêndio deverão conter placa de advertência, instalada próxima à chave de interrupção.

16.5 – Exercícios de Combate a Incêndio

16.5.1 Os exercícios de combate a incêndio deverão ser feitos periodicamente, na freqüência determinada pela Autoridade Marítima objetivando:

- a. que os trabalhadores reconheçam o sinal de alarme;*

- b. que a evacuação do local se faça em boa ordem;*
- c. que seja evitado qualquer pânico;*
- d. que sejam verificadas as atribuições e responsabilidades atribuídas aos trabalhadores no plano de controle de emergências;*
- e. que seja verificado se o alarme é audível em todas as áreas da plataforma ou instalação de apoio.*

16.5.2 Os exercícios de combate a incêndio deverão ser realizados sob a direção do responsável, a bordo, pela plataforma ou instalação de apoio ou pessoa por ele designada, com capacitação e experiência para preparar e comandar o exercício.

16.5.3 Os exercícios de combate a incêndio deverão ser, tanto quanto possível, realizados sem aviso prévio e conduzidos como se fosse um incêndio real.

16.6 – Brigadas de Incêndio

Os trabalhadores que fazem parte das brigadas de incêndio, deverão ser treinados anualmente em instalação de treinamento que, conforme critérios fixados pela Autoridade Marítima, simule o ambiente de plataformas e instalações de apoio.

16.7 – Sistemas de Combate a Incêndio com Água

16.7.1 As plataformas e suas instalações de apoio devem ser dotadas de sistemas de combate a incêndio com água sob pressão.

16.7.2 Os sistemas de combate a incêndio com água sob pressão devem ser inspecionados e testados a intervalos regulares.

16.8 Extintores de Incêndio

16.8.1 Todas as Plataformas e Instalações de Apoio devem ser providas de extintores de incêndio, de modo a permitir o combate inicial a incêndios.

16.8.2 O número e a distribuição de extintores de incêndio, bem como a sua instalação e sinalização devem estar em conformidade com o estabelecido na Norma Técnica NBR 12693 – Sistemas de Proteção por Extintores de Incêndio, da ABNT.

16.8.2.1 Para efeito de dimensionamento do sistema de proteção por extintores usando a NBR 12693, as plataformas e suas instalações de apoio devem ser consideradas como instalações de risco grande.

16.8.3 Em todas as Plataformas e instalações de apoio só devem ser utilizados extintores de incêndio que obedeçam às normas brasileiras ou regulamentos técnicos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro.

16.8.4 Os serviços de inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndio devem ser realizados de acordo com os requisitos da NBR 12962 - Inspeção, Manutenção e Recarga em Extintores de Incêndio, da ABNT, complementados pelos requisitos a esse respeito estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro.

16.9 – Sistema de Alarme de Incêndio

16.9.1 Nas plataformas e instalações de apoio, deverá haver um sistema de alarme capaz de emitir sinais sonoros ou visuais perceptíveis em todos os locais da instalação.

16.9.2 Em todos as áreas da plataforma ou da instalação de apoio deverão ser instalados, em locais visíveis, botoeiras manuais de acionamento do alarme de incêndio do tipo “Quebre o Vidro e Aperte o Botão”, sinalizadas na cor vermelha.

16.9.3 Os alarmes sonoros para incêndio deverão emitir um som que não possa ser confundido com qualquer outro som que possa ocorrer na instalação.

16.10 – Segurança na Operação

16.10.1 Com vistas à proteção dos trabalhadores os seguintes aspectos devem ser considerados nas plataformas e instalações de apoio durante a fase de operação, inclusive no tocante às atividades de inspeção e manutenção:

- a. Existência de procedimentos operacionais que considerem a prevenção de incêndios, atualizados e disponíveis para todos os trabalhadores envolvidos, referentes às operações que são realizadas na plataforma ou na instalação de apoio, com instruções claras e específicas para execução das atividades com segurança, levando em consideração as especificidades operacionais;*
- b. Capacitação dos trabalhadores nos processos de trabalho em que atuem, bem como a sua conscientização quanto a necessidade do cumprimento dos procedimentos;*
- c. Adequadas supervisão e gerenciamento dos trabalhadores;*
- d. Existência de uma sistemática de permissão para trabalho que contemple o controle de trabalhos de manutenção que possam acarretar a presença de possíveis fontes de ignição e de trabalhos de manutenção com intervenção em equipamentos que possam causar o vazamento de hidrocarbonetos líquidos ou gasosos com risco de incêndio;*
- e. Existência de planos e procedimentos para inspeção, teste e manutenção, a fim de buscar a integridade física, em especial dos sistemas e equipamentos que contenham hidrocarbonetos líquidos ou gasosos e sistemas de proteção contra incêndios.*

6. Em seguida o texto foi feito um recesso de 15 minutos para uma breve reunião das bancadas.
7. Retomado os trabalhos, o Coordenador da bancada dos trabalhadores fez observações e comentários, debatendo sobre alguns pontos do texto que deveriam ser revistos (!6.2.4.1 ; 16.1.4, 16.2.2, 16.8, 16.9.9, 16.3.6, 16.10 “d”), indicando ainda que a bancada necessitaria de mais tempo para uma análise aprofundada de todos os itens.
8. Em manifestação semelhante o Coordenador da Subcomissão também apontou para alguns itens que necessitariam de melhor redação.
9. O Coordenador da Bancada de Governo fez comentário sobre a utilização de referências a outros instrumentos normativos (SOLAS, INMETRO, ABNT, etc) indicando dificuldades para a sua aplicabilidade pelos AFT e sugeriu um maior debate sobre o assunto.
10. A Bancada dos Trabalhadores permaneceu com o encargo de apresentar num prazo de 10 dias antes da próxima reunião um texto sobre o tema **Das Condições de Vivência à Bordo**, tomando como referência a NR-24.
11. Os convidados da bancada de governo manifestaram sua presença e o interesse em acompanhar os trabalhos da Subcomissão.
12. Nada mais a tratar, a 14ª Reunião Ordinária ficou agendada para o dia 29 de novembro de 2007, pontualmente das 10:30 às 13:30 na sede do IBP, no Rio de Janeiro, situada na Av. Almirante Barroso 52, 21ª, em sala a ser definida.

José Roberto de Novaes Moniz de Aragão
Coordenador da Subcomissão de Plataformas